



Anais da Assembléia

N° 70

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 1993.

ANO XLX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Deívino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 52.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin, Ovídio Constantino e Paulo Maia (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 1615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.^o 1618

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja retirado, por 10 (dez) Sessões Plenárias, o Projeto de Lei n.^o 129/93.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N.^o 1619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei n.^o 063/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO N.^o 1628

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM o uso das dependências desta Casa de Leis, Plenarinho e pequenos auditórios, para a realização de Seminário sobre Orçamento Público, Desenvolvimento e Cidadania, no dia 18 de junho do corrente ano.

Tal congresso debaterá, entre outros assuntos, a legislação básica do Orçamento, Lei Federal n.^o 4.320, bem como as normas constitucionais a respeito, e o seu relacionamento com o desenvolvimento e participação popular.

Para a viabilização do Seminário, se faz necessária a designação de uma pessoa responsável para o acompanhamento do evento, com os préstimos profissionais característicos da função do cerimonial; bem como o apoio logístico, a que, na oportunidade, também requeremos, sob forma de as despesas de infra-estrutura (expedição de materiais, serviço gráfico, xerox, três passagens aéreas-ida e volta-para os palestrantes, hotel, etc) sejam custeadas pela Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A realização do seminário propiciará um contato direto dos administradores e legisladores com os destinatários finais do orçamento estatal. Podendo tomar conhecimento de suas reais necessidades e discutir prioridades de recursos.

A Assembléia Legislativa funcionará,

assim como um espaço democrático para a realização de tais exercícios de cidadania.

De outro lado, os parlamentares, vereadores, prefeitos e demais administradores poderão debater e esclarecer suas dúvidas sobre a elaboração do orçamento com os profissionais chamados a expor e explicar a Lei de diretrizes orçamentárias, bem como as normas constitucionais condizentes.

REQUERIMENTO N° 1598

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista CARLOS CASTELO BRANCO, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 01 do corrente.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Carlos Castelo Branco, 72 anos, jornalista e escritor, foi a principal testemunha de uma época complexa na vida brasileira, quando o País, após sofrer as dores de um regime autoritário que durou uma geração, conseguiu renascer para uma democracia de feição contemporânea que, apesar das dificuldades, se consolida a cada dia.

Repórter por definição e opção, "Castelinho" como era conhecido, tinha a qualidade inata do comentarista político capaz de manter o mais isento equilíbrio na avaliação dos fatos. Não obstante, ostentava um nível de informação que o situava como uma das referências diárias na imprensa política, sendo alvo do respeito de quantos exerciam autoridade ou função pública.

Seu desaparecimento se dá após longa convivência com a enfermidade que, se o ensinou a suportar o sofrimento, também o tornou mais amadurecido para refletir sobre a condição humana, conferindo a seus escritos dos últimos meses um tom de sabedoria intemporal, de aconselhamento e de prospecção que cumpre seja avaliado e tomado em conta por todos os cidadãos de bom senso deste País.

Nesta dimensão podemos dizer que a obra de Castelo se projeta após sua vida, como uma contribuição imorredoura do grande jornalista político ao Brasil que ele tanto amava.

REQUERIMENTO N° 1601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que seja consignado um Voto de Profundo Pesar pelo

falecimento do Jornalista JOÃO ANTONIO CORRÊA JUNIOR (ZITÃO) ocorrido em Maringá, no último dia 27 de maio.

Pioneiro de Maringá, escritor, profissional de Comunicação Social por inúmeros anos, identificado por seu coração magnânimo, capaz e amigo, Zitão deixa um valioso acervo de escritos, retratando, sempre, a memória de uma existência vivida intensamente.

Para ele, a maior satisfação pessoal e profissional sempre foi o trabalho e a dedicação ao jornalismo e à Maringá. Sempre sentiu-se gratificado em emprestar sua participação em prol da Comunidade, das pessoas, de todos aqueles que também, cada qual com sua parcela correspondente, contribuíram e contribuem para o desenvolvimento e modernização do município e da região.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 1616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o plenário, a inserção nos anais desta Casa, de Voto de Congratulações ao jornal "GAZETA DO CENTRO OESTE" pelo décimo primeiro aniversário de sua fundação.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Ao longo dos onze anos de atividades, o jornal "Gazeta do Centro Oeste" permanece fiel à sua linha independente.

Graças ao labor e dinamismo do seu fundador, Senhor Aroldo Tissot, que permanece à frente desse importante veículo de comunicação, a "Gazeta do Centro Oeste" vem consolidando e assegurando sua credibilidade junto ao imensurável universo de leitores, pois é, antes de mais nada, um veículo a serviço dos interesses regionais da COMCAM; sua linguagem, é a linguagem do povo.

Aroldo Tissot, há mais de quarenta anos militando na área jornalística, conseguiu impor a Gazeta do Centro Oeste como fonte obrigatória de consulta para todos aqueles que têm interesses na região da COMCAM e sua gente.

Pela sua importância como informativo e agente formador da opinião pública, é que pleiteamos a justa homenagem, e requeremos ainda que do presente, seja cientificado o Senhor diretor presidente da "Gazeta do Centro Oeste", Aroldo Tissot, à Rodovia BR 158, KM 001, s/n°, Município de

REQUERIMENTO N° 1623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião o Anteprojeto de Lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de lei que ora apresentamos, tem por objetivo fixar a tarifa de esgoto pela SANEPAR, tornando-a mais justa, pois leva em consideração o consumo dos usuários.

Diante destas considerações, esperamos contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa.

ANTEPROJETO

D E C R E T A:

SÚMULA: Fixa tarifa de esgoto a ser cobrada pela SANEPAR, com base no consumo de água do mesmo usuário.

Art. 1° - O volume de água residuária ou servida será avaliado com base no consumo de água do mesmo usuário, sob forma de "tarifa de esgoto".

Parágrafo Único - Aplicar-se-á a "tarifa de esgoto" somente para a denominada economia Residencial, seguindo os seguintes percentuais:

I - 20% (vinte por cento) sobre a tarifa de água para usuários com gastos mensal de até 10 m³ (dez metros cúbicos) de água.

II - 40% (quarenta por cento) sobre a tarifa de água, para usuários com gastos mensal de 10 m³ (dez metros cúbicos) até 15 m³ (quinze metros cúbicos) de água.

III - 60% (sessenta por cento) sobre a tarifa de água, para usuários com gastos mensal de 15 m³ (quinze metros cúbicos) até 20 m³ (vinte metros cúbicos) de água.

IV - 80% (oitenta por cento) sobre a tarifa de água, para usuários com gastos mensal superior a 20 m³ (vinte metros cúbicos) de água.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

(a) DUILIO GENARI

Deputado Estadual

REQUERIMENTO N° 1622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário enca-

Curitiba, quarta, em 02.06.93

minhamento ao Excelentíssimo Sr. Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, o projeto para Empreendimento Comunitário no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro da realidade orçamentária do Governo do Estado do Paraná, existe verba destinada a aquisição de máquinas e equipamentos para o setor rural, e nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Morretes, elaborou um projeto para Empreendimento Comunitário que visa atender as diversas comunidades daquele município do Litoral Paranaense, e com isso dar condições a seus habitantes, por essa razão solicitamos que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento à Rua dos Funcionários, 1.559 - CEP: 80035 - 050, Cabral - nessa Capital, o Projeto de Empreendimento Comunitário no Município de Morretes, pedindo que o mesmo seja realizado ainda no corrente exercício Legislativo.

Outrossim, que cópia desse Requerimento, bem como do expediente enviado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao citado Secretário, que sejam encaminhados ao Excelentíssimo Senhor Júlio César Salomão, Prefeito Municipal de Morretes no seguinte endereço: Rua Conselheiro Sinimbu, 50 - CEP 83350 - 000 - Morretes, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Amâncio de Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Morretes, nesse endereço: Rua Conselheiro Sinimbu, 201 - CEP: 83350 - 000 - Morretes - PR., juntando cópias de todos os expedientes.

REQUERIMENTO N° 1610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Luiz Claudio Romanelli, Digníssimo Secretário Especial da Política Habitacional solicitando a celebração de um convênio para a construção de dois (02) Conjuntos Habitacionais no Município de Ortigueira, sendo um (01) na sede do município com aproximadamente 300 unidades e outro na localidade Bairro dos França com 50 unidades.

Tal solicitação se justifica na extrema necessidade da moradia popular para atender a uma parcela cada vez mais crescente da população ortigueirense, uma vez que, há mais de 13 anos nem o Governo do Estado, nem o Governo Federal edificara

moradia popular no Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 1614

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário oficiado ao Governador do Estado do Paraná, Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Estado da Educação, Doutor Elias Abrahão, solicitando providências para que seja construída e instalada no Município de Mandaguaçu uma Escola Estadual de Regime Integral, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mandaguaçu, distante 14 quilômetros de Maringá, tem sofrido consequências sociais da proximidade da grande população urbana de Maringá, e, por questão natural do desenvolvimento urbano, faz parte da Região Metropolitana de Maringá.

Com condições mais baratas para a habitação e com fluxo de locomoção intenso com Maringá, Mandaguaçu se tornou local preferido para quem deseja morar e trabalhar em Maringá mora-se em Mandaguaçu e trabalha-se em Maringá. As linhas de ônibus circulares são periódicas durante todo o dia, de 30 em 30 minutos. Muita gente deixa seu lar, seus filhos em casa, para trabalhar em Maringá.

O problema dos menores, permanecendo em casa, enquanto os pais trabalham fora da cidade, sem qualquer amparo da sociedade, acarretará, com o tempo, em conflitos sociais para a população, e mesmo para esses menores, abandonados à mercê de sua própria sorte. As influências da grande metrópole chegam facilmente à cidade-satélite.

A Escola de Regime Integral proporcionará à população mais carente dos municípios em que for implantada, uma proteção ao menor estudante. Enquanto os pais trabalham fora, os filhos, alunos da escola de regime integral, passam o dia na escola estudando, praticando esportes, alimentando-se.

"É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente", diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 70). A Escola de Regime Integral ajudará afastar da marginalidade o menor carente de Mandaguaçu.

Eis as razões deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 1599

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de UMUARAMA.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1600

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de VILA ALTA.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1602

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de XAMBRE.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa di-

ficuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1603

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de MOREIRA SALLES.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1604

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de IBAITI.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1605

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de FIOR DA SERRA DO SUL.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1606

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de MARMELEIRO.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1607

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de FRANCISCO BELTRÃO.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa di-

ficuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1608

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de CRUZEIRO DO OESTE.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1609

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de DOURADINA.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° Graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média (20) vinte estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1617

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Henrique Cardoso, solicitando que seja dada solução à greve dos servidores da Receita Federal, abrindo um canal de negociação e atendendo, entre outras reivindicações, a isonomia pretendida.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente solicitar de Sua Excelência o Ministro Fernando Henrique Cardoso, novo comandante da economia brasileira e grande defensor das lutas justas, que se dê solução, através da abertura de um canal de negociações com os servidores da Receita Federal, atendendo as reivindicações que fazem, dentre elas a isonomia salarial com outros ocupantes de cargos do Executivo.

Cumpre-nos recordar que o trabalho desenvolvido pelos servidores da Receita Federal torna possível que as arrecadações aumentem a cada ano e propiciem a todos os brasileiros, como consequência, uma melhor prestação do serviço público.

A imprensa divulgou, por exemplo, que a arrecadação do imposto de renda salta de 13 bilhões de dólares em 92, para 20 bilhões de dólares neste ano. Isto prova que aqueles trabalhadores - técnicos, auditores, são os grandes responsáveis pela entrada de mais recursos para o Tesouro, e sem dúvida merecem, além de consideração, ver suas reivindicações atendidas.

REQUERIMENTO N° 1620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados expedientes ao Sr. Governador Roberto Requião e ao Secretário de Estado de Transportes, Sr. Mário Pereira, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a realização de obras e melhoramentos na entrada da cidade.

Sala das Sessões em 02.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Antonina vive na atualidade um dos períodos mais difíceis em sua vida administrativa, pela falta de recursos da Prefeitura Municipal, cujo trabalho maior do atual Prefeito Municipal, Ironaldo Pereira de Deus, é acertar tecnicamente os desmandos e ações nefastas cometidas pela administração anterior, onde o próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná explica com detalhes todas as irregularidades existentes, inclusive pedindo às

autoridades do nosso Estado, punições legais ao ex-Prefeito Leopoldino de Abreu Neto. Um fato incontestável, cujos prejuízos maiores realmente são da população ordeira e trabalhadora daquela cidade de nosso Litoral.

Diante dos argumentos citados, Antonina tem uma alternativa natural para sua sobrevivência, o Turismo, onde a atual administração, com muitos sacrifícios e apoios particulares vem realizando um trabalho de promoções, levando com isso constantemente turistas de todas as partes, necessitando assim com urgência melhorar o visual da entrada da cidade, através da realização de obras que possam trazer melhor escoamento também ao tráfego e com isso mostrar com mais perfeição aquela cidade histórica.

Nesse sentido, solicitamos que sejam enviados expedientes ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião e ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Sr. Mário Pereira, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal para realização de obras na entrada da cidade, e que ainda cópias desse nosso requerimento sejam enviadas aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal de Antonina, Iroaldo Pereira de Deus, Rua XV de Novembro, 150 - CEP 83370-000, e Aguinaldo do Rosário, Presidente da Câmara Municipal, à Rua C.G. Costa, 174, CEP 83370-000, e à Rádio Antoninense Ltda. à Rua Tiago Peixoto, S/N, Morro da Cruz, CEP 83370-000, Antonina, Paraná.

REQUERIMENTO N° 1621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Nizan Pereira Almeida, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma (01) ambulância para o Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paranaguá, através de sua Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, vem dando atendimentos diários e constantes às centenas de pessoas carentes daquela cidade, e de outras da microrregião do Litoral, realizando os serviços com muitas dificuldades, em função da falta de veículos adequados, já que uma das ambulâncias que vêm realizando os serviços encontra-se desgastada em função dos excessos de atendimentos, e com isso aos poucos vai tendo que ser encaminhada à oficina para reparos mecânicos e outros.

Registra-se ainda que, com tudo isso, aquela pasta municipal tem dado conta do

recado, porém existe a necessidade urgente de uma ambulância devidamente equipada. Por essa razão, solicitamos que seja encaminhado um expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Nizan Pereira Almeida, todas as existentes no município vêm dando atendimentos, porém não vencem os serviços que aumentam dia a dia.

Solicitamos ainda que cópias desse nosso requerimento sejam enviadas a Carlos Antonio Tortato, Prefeito Municipal de Paranaguá e Dra. Terezinha Flenik Kersten, Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, Rua Júlia da Costa, 322, C. Histórico, CEP: 83203-060, ao Excelentíssimo Sr. Vereador Mário Manoel das Dores Roque, Presidente da Câmara Municipal, Rua Visconde de Nacar, 728, C. Histórico, CEP. 83203-430 e ao Sr. José Luiz Boabaid, Presidente da ACIAP, Rua Rodrigues Alves, 621, C. Histórico, CEP. 83203-420, Paranaguá, Paraná.

REQUERIMENTO N° 1624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, para que determine ao setor competente a construção de abrigos para pontos de ônibus, nas rodovias que ligam as comunidades de Consolata, Bela Vista, Aymorés, São Pedro, Birigüi, Santos Anjos e Guaporé, no Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma reivindicação que se faz necessária apresentar para que de imediato o Estado providencie as instalações dos referidos abrigos que virão de encontro à população destas comunidades, usuária dos ônibus e que atualmente permanecem nas rodovias, totalmente desprovida de qualquer proteção.

REQUERIMENTO N° 1625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a Municipalidade de Ubiratã.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender toda a população, cuja consequência direta é impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de Saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados,

aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do Município.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário Especial da Habitação, solicitando a inclusão, dentro do Programa Casa da Família, de 70 unidades habitacionais no Município de Farol.

A solicitação em tela, faz-se devido a elevação da população de baixa renda, comprometendo assim, o número de moradias necessárias para atender a real situação do Município.

Neste sentido, que essa Secretaria, avalie, na medida do possível e dê o necessário respaldo a tão justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado José Durval Matos do Amaral, Digníssimo Secretário do Trabalho e Ação Social, solicitando um auxílio especial para o cidadão Waldir Grave Dresch, residente no Município de Ampére-Pr.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A correspondência anexa ao presente, explica com detalhes suficientes a situação que se encontra o cidadão Waldir Grave Dresch, residente no Município de Ampére, que foi vítima da fatalidade e hoje se encontra impossibilitado até de comprar medicamentos para sua recuperação. Diante da excepcionalidade do fato, e como é dever do Estado dar esses tipos de atendimentos sociais e filantrópicos, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Durval Amaral, Digníssimo Secretário do Trabalho e Ação Social, juntando cópia do presente requerimento, bem como a cópia da carta que recebemos do Senhor Sérgio Dresch, residente em Ampére-Paraná.

Outrossim, solicitamos que cópia do expediente enviado ao titular da pasta de Trabalho e Ação Social, com o nosso requerimento, sejam endereçados aos Senhores Sérgio Dresch, da comissão de ajuda em fa-

vor de Waldir Grave, para Caixa Postal 01, Ampére-Pr. CEP: 85640-000, bem como a Waldir Grave Dresch, no mesmo endereço acima citado, neste Estado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 236-93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de JAGUARIAÍVA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública, é uma Entidade com fins filantrópicos, com sede nesta Capital e que congrega mais de 400 jaguarienses residentes fora daquela cidade, cujo objetivo é auxiliar como unidade de apoio às Instituições e Entidades de Assistência Social, estabelecidas no Município de Jaguariaíva, neste Estado.

PROJETO DE LEI N° 237-93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - FADAEC, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - FADAEC, que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma Sociedade Civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter Assistencial, Educacional e Cultural, instituída no dia 7 de abril de 1988, e tem por objetivo, promover a manutenção e dar apoio na organização e desenvolvimento de entidades assistenciais, educacionais e culturais, sediadas no Estado do Paraná.

Dado o seu objetivo e considerando o grande trabalho que a Instituição em apreço, tem desenvolvido em prol de diversas Entidades de caráter assistencial, de nosso Estado, que atendem milhares de pessoas carentes, melhorando as condições de vida

desta população, contribuindo desta forma, para uma sociedade melhor e mais humana.

Exposto isto, e considerando que a Instituição em pauta, tem cumprido com o seu objetivo, para o qual fora constituída, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o parlamentar com o apoio de seus pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 238-93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Comunidade Cristã de Recuperação de Vida - CANAA", com sede e foro no Município de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.93.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Cristã de Recuperação de Vida Canaã, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e políticos-partidários, voltada exclusivamente para a prestação de serviços filantrópicos, beneficentes, sócio-comunitários e religiosos, possuindo sede e foro no Município de Curitiba.

A Entidade atua na educação, conscientização, tratamento e recuperação de dependentes e usuários de drogas, tóxicos e entorpecentes de qualquer natureza, prestando auxílio moral físico e espiritual, de forma individual ou coletiva. Promove também, como base, o envio profissionalizante, atuando em todos os níveis sociais e faixas etárias. Presta assistência nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, comunicação, diretamente ou através de convênios com órgãos públicos e particulares, além de desenvolver campanhas, estudos, debates visando a solução dos problemas sociais em sua área de atuação.

A Instituição vem prestando relevantes serviços à comunidade paranaense, sendo que a presente Proposição legislativa se reveste de grandioso interesse público e bem comum.

Neste sentido, conclamamos os nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao apoio integral e irrestrito ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa e meritória.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente e

Srs. Deputados.

O Paraná, o qual todos nós queremos o bem, procura de uma forma ou de outra fazer com que as divergências entre os Poderes sejam amenizadas por uma consciência, por um entendimento, principalmente, que os três Poderes deveriam ter em suas atuações, que é o respeito.

O Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo sempre houveram na história do Paraná com o respeito recíproco deste para com aquele. E, agora, quando se estende e quando vemos a nível nacional a Procuradoria deste Estado pedindo a intervenção do Poder Judiciário neste Paraná, não poderíamos nós, mais uma vez, em nome desta Casa, pedir que o entendimento seja concretizado.

Não é com intervenção que nós haveremos de dar harmonia à família paranaense. E, sim, com aquilo que é o essencial a qualquer família, que é realmente o entrosamento pelo qual o sucesso, o progresso, e principalmente a tranquilidade é desenvolvida.

E é neste caminho, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós, nesta Casa e neste dia, num almoço realizado aqui na Assembléia do Estado, com a presença do nosso Presidente Orlando Pessuti, tivemos a felicidade de dar o exemplo a este Estado e a este Paraná, de que o entendimento faltante à família, paranaense, nós temos o exemplo a ser dado pela família pontagrossense.

Aqui compareceu, junto com o Senhor Presidente da Casa, o nosso Prefeito, da Cidade de Ponta Grossa, Paulo Cunha Nascimento, acompanhado de seus Secretários, de seu chefe de gabinete e de seus auxiliares, e conjuntamente com a representação política nesta Casa, das pessoas do eminente Deputado Djalma de Almeida César, Plauto Miró Guimarães, Dalton Machuca e este que vos fala, e ainda mais, presente ao seu lado, parte da imprensa do Paraná, representada pelo Rafael, fazendo com que aquele entendimento de Ponta Grossa poderia ser avaliado em termos de Estado do Paraná.

Se nós, ontem, disputamos com o Djalma uma candidatura a prefeito e vice, fizemos e estamos fazendo, nesta Casa, de que o entendimento político, administrativo e familiar deve ser sempre respeitado, em todos os níveis.

Que esta nova era da política pontagrossense aonde o Prefeito, aonde a Câmara de Vereadores, aonde os segmentos da comunidade, e aonde a representação política desta Casa, de todos os Partidos se assentam numa mesa em um lugar comum só, que é o entendimento não só de Ponta Grossa, mas da Região dos Campos Gerais com o Deputado Domingos Faustino, com o nosso

colega o eminente Deputado Toti Colaço de Irati, nós haveremos de dar esse entendimento dos Campos Gerais para ser seguido pelo entendimento da família paranaense.

Queria deixar o registro nos Anais desta Casa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que quando a vaidade, quando a vontade, quando aquilo que nós temos, realmente do pronome. Eu e vamos de um pronome Nós, realmente a vantagem a ser auferida é pela família que nós representamos. De nada nos impede o prefeito de Ponta Grossa não pertencer à nossa agremiação política e nem à agremiação política dos outros Deputados que se assentam neste plenário, nada nos impede de trabalhar pela família de Ponta Grossa e conjuntamente com o Domingos e com Toti, trabalhar pela família dos Campos Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que seu tempo está esgotado e V.Exa. passa a falar no Horário do PDT; e concedo permissão para o aparte, ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Agradeço ao Presidente desta Casa.

É com enorme prazer que escuto suas colocações aonde recebemos hoje, nesta Casa, o Prefeito Paulo Cunha Nascimento, seu Chefe de Gabinete João Luiz, o Secretário de Ação Social Raul Souza Neto e escutar, em seu discurso, aonde engloba todos nós representantes de uma região, da Região dos Campos Gerais, onde temos: você, meu amigo Luiz Carlos Zuk; Deputado Djalma de Almeida César, Deputado Dalton Machuca, Domingos de Carvalho, do nosso vizinho Município de Castro. E espero que, a partir deste momento, esse seu discurso seja colocado realmente em prática. Porque 5 Deputados, reivindicando ao mesmo tempo, por um benefício para uma região, para uma cidade é metade do caminho andado. E esperamos, a partir desse momento, somarmos a essa força, que eu lhe afirmo, fez falta no passado em muitas reivindicações para a nossa cidade e para a nossa região. E espero que a partir de hoje com essa visita do Prefeito Municipal nós caminhemos juntos, e sim, lutando, brigando, reivindicando e conseguindo aquilo que a nossa Região, a nossa cidade tanto precisa.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Eu agradeço seu aparte e queria estender esta nossa participação no Plenário, que, quando estamos, perto da aprovação do orçamento analítico do nosso Estado do Paraná, esta abrangência da Região dos Campos Gerais com mais a inclusão, Deputado Plauto, do nosso companheiro Toti Colaço de Irati que, conosco, irmanamente defende aquela Região e esse Estado do Paraná nesta ques-

tão referente à Mata Atlântica, aonde os interesses de perto desta Região Sul do Paraná se associam ao Ilustre Deputado Fregonese que defende a família do Litoral e com conhecimento de causa, também se associa nesta briga em termos de Paraná como um total. Neste total do Paraná é que nós reivindicamos, nesse instante, à Presidência desta Casa, que quando chegar a este Poder a regulamentação por parte do IAPAS com referência à Mata Atlântica, queria contar com a solidariedade de todos os Senhores Deputados, porque a abrangência da mata Atlântica está delimitada no mapa do IBGE, no mapa realmente no qual o IBAMA que é o órgão maior neste Estado de fiscalização a nível federal com os recursos naturais, identifica a sua abrangência.

E, queremos, neste instante, já antecipando aquilo que realmente vai dar a esse Paraná a condição pela qual continuar trilhando, aqueles madeireiros que plantam o que cortam e que transmitem às suas gerações, não só aquela serra-fita que industrializa a madeira, mas que transmitem às suas gerações aquele produto que é cortado, que é replantado e que faz, dentro da Lei, para que o Paraná continue andando.

Concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Meu caro companheiro

Deputado Luiz Carlos Zuk, pedi o aparte a Vossa Excelência, neste instante, para cumprimentá-lo uma vez mais. Não é a primeira vez que Vossa Excelência sobe a Tribuna e coloca através da sua visão, coloca através das suas palavras a sua grande preocupação no que diz respeito ao setor madeireiro do nosso Estado.

Agradeço a deferência com que Vossa Excelência tem me destacado, e quero, nesta oportunidade, cumprimentá-lo, uma vez mais, pela grande preocupação sua, pelo seu empenho, e pela forma com que Vossa Excelência vem se postando dentro desta Casa. Um Parlamentar que chegou há alguns meses aqui, veio compartilhar conosco, granjeou evidentemente muitas amizades, inclusive a minha, particularmente. E esta sua visão de fazer um trabalho unido, integrado com todos os Parlamentares da Região de Ponta Grossa, de Campos Gerais, com a Região Centro-Sul, Sul do nosso Estado, é de extrema importância para o nosso trabalho. Realmente Vossa Excelência quando coloca a sua preocupação, que é a nossa preocupação com a classe madeireira, é de extrema importância, porque o setor madeireiro de nosso Estado está hoje estremecido, está tenso. Além do que, nestes últimos anos, em razão da política econômica de nosso País vem sofrendo, vem sendo penalizado, de todas as formas, até havendo um desestímulo na ampliação de suas in-

dústrias, na construção de novas indústrias, em todas as nossas regiões. E com esta visão de Mata Atlântica, estendendo esta visão aqui do litoral do Paraná, levando até os mais longínquos recantos do nosso Estado.

É evidente que a classe madeireira está tensa, preocupada, e haverá de estar presente aqui e se levantar, porque nós não podemos concordar que esta visão de Mata Atlântica e fazendo com que não se corte nem sequer uma topichaba, como se fala por aí, nós, do interior, nós madeireiros jamais poderemos concordar!

Mais uma vez os meus cumprimentos a Vossa Excelência e conte, é claro, com a nossa participação e com o nosso trabalho.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Toti Colaço, e queria concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando falamos em Mata Atlântica, em orçamento do Estado, quando falamos em Campos Gerais, nos associamos a todos os outros interesses econômicos, sociais e principalmente humanos do Estado do Paraná. E nada nos impede também que o Governador do Estado, pertencendo a outro Partido político, não poderemos, em determinadas ocasiões, nos associarmos aos interesses do Paraná, dando uma mostra de que realmente a oportunidade daquilo que é feito de direito e de interesse comunitário deve ter a nossa participação, como também nunca abrindo mão daquilo que pode ser contestado quando os interesses da família do Paraná não são atendidos.

Ao encerrar, quero deixar novamente marcado nesta Casa nas pessoas do Deputado Domingos, Toti Colaço, Dalton Machuca, Plauto Miró Guimarães, Djalma de Almeida César e desse que vos fala, o agradecimento desde já das Emendas que iremos apresentar à nossa Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, e principalmente aos reclamos da malha viária de Ponta Grossa, naquela ligação que o Toti agora conseguiu e nós iremos referendar com a totalidade desta Casa, daquela ligação reclamada, sua, Toti, de Irati a Imbituva e também da sua reclamação reclamada conjuntamente com a família dos Campos Gerais que é a extensão da nossa Guaragi até Teixeira Soares e outros reclamos, quais sejam, também a transbrasiliana, da ligação de Irati até Ventania. Então, é nessa associação que nós queremos estender nesta Casa, a oportunidade que temos através do comitê de imprensa, onde a participação, o entendimento da família dos Campos Gerais, oxalá Deus dê fluídos para a família do Paraná, entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário também tenham a graça que hoje nós estamos vivendo, que é do entendimento recíproco e do respeito àqueles que realmente

querem o bem da família que representam.
Obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem).

Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa, a presença e a visita honrosa do Prefeito de Inácio Martins, Doutor Eugênio Mazetta, e sua esposa Dona Rosalina. A presença do Prefeito de Inácio Martins, Senhor Presidente, Senhores Deputados, além da visita que faz à Casa, estende-se à preocupação que há poucos instantes o Deputado Zuk fazia uso da tribuna, a sua preocupação também com o seu município, no que diz respeito à impossibilidade de continuar a exploração empresarial no setor madeireiro. São milhares de hectares de reflorestamento existente no Município de Inácio Martins e a sua grande economia, a base econômica, a base econômica ainda está calcada no setor madeireiro e a visita dele nesta Casa, estende-se também à sua grande preocupação.

Muito obrigado, pela presença, Prefeito e Dona Rosalina.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrada a presença do Prefeito de Inácio Martins e sua esposa.

Também em nome dos Deputados dos Campos Gerais, Plauto, Zuk, Machuca, Djalma, Domingos, Toti Colaço registramos a presença do prefeito de Ponta Grossa, Paulo Cunha Nascimento e seu chefe de gabinete, João Luís, o Secretário de Ação Social, Raul e da assessora de imprensa, Ana Cláudia.

Esta Presidência registra também, com satisfação, a presença entre nós da senhora Maria Cristina de Andrade Vieira, Presidente da Associação Comercial do Paraná, do Senhor Luiz Fernando Magalhães, assessor de comunicação da Associação Comercial do Paraná e Rosana Figueiredo, assessora de gabinete da Presidência da Associação Comercial do Paraná.

Registro também com muita satisfação, a presença entre nós, da Senhora Regina Fischer Pessuti, Presidente da Associação Paranaense das Senhoras de Deputados Estaduais, que se faz acompanhar da senhorita Mônica Guimarães Ferreira, Miss Curitiba dos 300 anos. Solicito ao Deputado Carlos Simões que em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, faça a saudação desse Poder à senhorita Mônica Guimarães Ferreira, Miss Curitiba dos 300 anos.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma alegria nessa tarde, receber ilustre visita da bela e encantadora Mônica que vem hoje saudar os Deputados e todo o Estado do Paraná, em uma homenagem bonita a Curitiba, essa Cidade maravilhosa que acolhe todos nós,

vindos do interior, dos 4 cantos do Brasil. Mônica, nosso abraço pessoal em nome dos demais Deputados. Feliz carreira e que Deus ilumine a sua caminhada.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa Presidência com satisfação, concede a palavra neste instante a Maria Cristina de Andrade Vieira, Presidente da Associação Comercial do Paraná, para que possa formalizar convite aos Senhores Deputados, após o quê, nós suspenderemos a Sessão para que tanto a Maria Cristina como a Mônica, possam receber os cumprimentos dos Senhores Deputados.

A SRA. MARIA C. A. VIEIRA - Ilustre Presidente Orlando Pessuti, demais componentes da Mesa, Senhores Deputados, senhoras e senhores convidados hoje.

Na verdade, a Associação Comercial do Paraná se faz aqui presente, para fazer um convite a todos os Deputados para um café da manhã no dia 15 próximo, em função da agenda do próprio Presidente, por sugestão dele, na próxima terça-feira, entre oito e nove e meia da manhã, no 8º andar da Associação Comercial do Paraná.

A Associação Comercial do Paraná é uma instituição de classe que se caracteriza em 70% do seu quadro associativo de micros, pequenos e médios empresários, e essa gestão, assumida, há quase um ano, tem dado prioridade a esse pequeno, médio e grande associado, entendendo que é ele quem tem mais anseios e necessidade de representação política que a Associação Comercial pode oferecer. Temos voltado os nossos serviços e a nossa representação a esse maior grupo de associados da Casa. Aproveitamos para deixar registrado, não sei se é de conhecimento de Vossa Senhoria, que a Associação Comercial criou nessa gestão o fórum da parceria que congrega sessenta e três entidades: Federações, Sindicatos, representantes de trabalhadores e de empresários. Esse fórum da parceria já está em sua 7ª, ou 8ª reunião tratando de problemas comuns, à espera de município, à espera de Estadual e Nacional, e temos tido até agora um excelente resultado. Aproveito também para deixar registrado o agradecimento especial a esta Casa, quando em colaboração com a Associação Comercial e outras entidades, outros órgãos representativos, abriu essa Casa a questão separatismo, ainda hoje em discussão Nacional, não só dentro do nosso Estado, mas num programa bem mais abrangente, e que a Associação Comercial tem levado como um dos grandes problemas, não só Estaduais mas Nacionais, e agradece a colaboração desta Casa. Conto com a participação de todos no nosso café da manhã, que é

um encontro de confraternização, e que tenho certeza que será um prazer para todos os componentes da diretoria e do conselho da Associação Comercial. Muito obrigada a todos pela oportunidade, e passo às mãos do Presidente Orlando Pessuti, através dos assessores aqui presentes e dos componentes da Mesa e de todos os Senhores, Deputados, o convite oficial para o café.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência suspende a Sessão por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam cumprimentar a nossa Miss Curitiba-300 anos, Mônica; e a Presidente da Associação Comercial, Maria Cristina de Andrade Vieira. Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está reaberta a Sessão.

Nós queremos mais uma vez manifestar em nome da Assembléia Legislativa os nossos agradecimentos a presença entre nós da Miss Curitiba 300 anos, Mônica Guimarães Ferreira; bem como também da Ilustre Presidente da Associação Comercial do Paraná, Senhora Maria Cristina de Andrade Vieira. Agradecemos a presença dessas pessoas.

Dando prosseguimento à Sessão, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, três assuntos me trazem à Assembléia na tarde de hoje, o primeiro muito bem abordado pelo Deputado Zuk, que é a questão da mata atlântica que ainda não foi resolvida, e pelo o que eu tenho visto está longe de ser resolvida.

Como eu gosto de mostrar documentos, como eu gosto de discutir assinaturas, eu trouxe os documentos e peço à liderança do Governo que cobre do Senhor Governador e do Iate a vinda imediatamente a esta Casa da Lei que pretende regulamentar a situação da Mata Atlântica.

Primeiro, eu quero mostrar a todos os Senhores um documento com assinatura do Governador Roberto Requião que, na frente de 18 órgãos estaduais, federais, não governamentais, e na frente de 6 prefeitos assinava um termo de compromisso para o litoral do Paraná.

Achou por bem o Governador Roberto Requião voltar atrás em sua palavra, em sua assinatura e mandou um decreto, denunciou um termo dizendo o seguinte:

Considerando que o Termo de Cooperação Técnica, assinado em 15.04.93, entre o IBAMA e o Estado do Paraná, contém normas incompatíveis à Legislação Federal e de-

mais disposições relativas à matéria:

I - Denuncio o referido Termo, declarando sua nulidade;

II - Autorizo em caráter precário e emergencial, seja permitida a supressão de capoeira fina (vegetação secundária em estágio inicial de regeneração), única e exclusivamente para o plantio de cultura de subsistência, e nas mesmas condições a exploração eventual de espécie da flora utilizadas para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais.

Não vou mais questionar o porquê o Governador tomou essa atitude, mas questiono o seguinte. Determino à SEMA, que elabore no prazo de 15 dias minuta de decreto regulamentando a matéria, em 16.04.93 documento retirado do Diário Oficial do Estado. Está aqui assinado, Governador Roberto Requião.

Já faz quase 50 dias que se assinou mais um decreto, mais uma lei, mais um termo e não foi cumprido.

Mas, continuamos esperançosos porque quem já está passando fome há algum tempo pode esperar mais um pouco como é a questão do povo do litoral, já se acostumaram com a comida, vão continuar comendo banana que a natureza planta.

O segundo assunto que me refiro na tarde de hoje é a questão já levantada por mim dos roubos que acontecem no Porto de Paranaguá. Infelizmente, Deputado Presidente Orlando Pessuti, havia sido informado na terça-feira que um container havia desaparecido, mais um container havia desaparecido do Porto de Paranaguá, só que desta vez com dois automóveis Mitsubishi. E hoje, escutando o programa do companheiro Luiz Carlos Alborghetti, descobrimos que foi achado vazio o container, perto de uma cidade próxima à Cascavel. Um container de 40 pés, uma coisa pequena, do tamanho de uma carreta, é fácil transitar pelo Paraná sem que ninguém o veja.

Mas vou mais além, estive nesta tribuna nem uma, nem duas, nem dez vezes, mais do que isto. E hoje convido a imprensa, os Deputados, que vão ao pátio do container do Porto de Paranaguá. Ele está parado. Parado por quê? Porque todos os equipamentos estão quebrados. Os equipamentos alugados estão quebrados e os equipamentos do Porto também estão quebrados.

Por isto, Senhores Deputados, quando venho pedir que se dê atenção às coisas públicas deste Estado, não estou brincando. Isto reflete internacionalmente. Isto reflete contra a economia do Estado do Paraná. E eu quero que o Porto vá bem, porque o Porto indo bem, a minha Região irá bem e a minha cidade também irá bem.

Para encerrar, gostaria de fazer um cumprimento a todos os italianos residentes no Brasil e no Mundo, a todos os fi-

lhos, descendentes de italianos, porque hoje se comemora mais um dia da República da Itália e eu como filho de italianos, pai e mãe, me acho no dever de cumprimentar a este povo. Estivemos na segunda-feira, o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Luiz Antonio Setti, o Deputado Dirceu Manfrinato e eu, numa solenidade do Consulado Italiano, quando o Cônsul fez um relato do Ministro das Relações Exteriores. Mas o que nos chamou a atenção foi que, num momento de muita grandeza do Cônsul Carlos Molinari, ele abriu seu coração e disse a todos os presentes que a Itália passava por um momento bastante delicado.

Lamentava os fatos acontecidos em Florença, onde sete pessoas haviam morrido e havia sido destruído um patrimônio histórico incalculável para a Humanidade. Só que ele dizia, - o que está acontecendo, eu qualifico como foi a Revolução Francesa. O exemplo que lá está sendo dado deve ser seguido pelo mundo inteiro porque lá, todos estamos vendo, a Justiça tem valido. Não está ficando ninguém impune, mafioso, político, médico, popular, cidadão, quem deve, está indo para a cadeia. Deus queira que isto venha para o Brasil e que as pessoas de bem prevaleçam neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

No dia de ontem tivemos conhecimento da lamentável notícia do Município de Cascavel, onde a nossa cidade foi palco de mais uma cena de violência contra pessoas do nosso Estado.

Sabem os Senhores que na tarde de anteontem, às 16:30 horas, um grupo de cerca de trinta policiais militares adentraram na cadeia pública de Cascavel sob o pretexto de promover uma revista nas celas, e quando chegaram à cela, onde se encontravam sete sem-terras presos, retiraram eles da cela, colocaram num corredor polonês, onde foram sendo espancados até o pátio da delegacia, depois disso os presos foram despidos e mais uma vez foram espancados e humilhados. As suas celas foram destruídas, comida jogada na latrina, colchões, cobertores molhados, roupas, pertences, objetos todos quebrados e danificados.

A situação eu não preciso nem dizer aos Srs. Deputados, um fato dessa natureza é absolutamente grave, de uma gravidade que é agravada exatamente pelo fato de que as pessoas que fizeram isso eram policiais, portanto, agentes a serviço do Poder Público, com uma farda que simboliza os trabalhadores que devem cuidar da segu-

rança do cidadão, que devem reprimir e evitar a violência. E foram exatamente esses que promoveram a violência contra pessoas que estão na custódia do Estado, dentro de uma cadeia pública, e pagando por crimes que até, com certeza dois deles sequer cometeram.

Estivemos já pela manhã com o Governador do Estado solicitando providências, eu e o Deputado Ovídio, acompanhado pelo Presidente Estadual do Partido, também do nosso companheiro que é Secretário da Secretaria Agrária do Diretório Estadual do PT. E o Governador do Estado, como não poderia deixar de ser, tomou providências imediatas. Constituímos um grupo onde o Secretário de Segurança, o Comandante da Polícia Militar, o Deputado Renato Adur, Líder do Governo e eu, nos dirigimos a Cascavel. Chegando em Cascavel, já no Aeroporto fizemos o contato com o Comandante da Polícia Militar, em Cascavel nos entregou um documento onde comprovava, confirmava a versão que tínhamos tido desse fato, e o Comandante, também já havia tomado as providências necessárias, determinando o recolhimento do comandante da operação na cadeia pública de Cascavel, para Curitiba, onde ele responde o inquérito policial militar. O Governador do Estado, também, ontem mesmo, na nossa presença, destituiu o Comandante da Polícia Militar de Cascavel.

Queremos dizer aqui, dessa Tribuna, que a posição do Governador, correta, nem poderia ser diferente. O que queremos aqui, dizer de público de nossa satisfação ao posicionamento do Governador do Estado.

Da Polícia Militar até agora, também, temos que elogiar o comportamento do próprio comandante que reconheceu a falha desses seus subordinados e determinou abertura de inquérito policial militar.

Dez dias estão previstos para o término desse inquérito e o envio das suas peças à Justiça Militar que julgará o Comandante da operação.

Quero apenas aqui dizer de público o seguinte, o mesmo que disse ontem o Governador do Estado do Paraná, esse episódio não pode se encerrar com a simples substituição de Comando em Cascavel. Isto é até de menos importância. O que efetivamente tem que ficar demonstrado, e é o que estamos dando um voto de confiança, mas iremos acompanhar de perto, é se a Polícia Militar do Estado do Paraná agirá com o rigor necessário contra o Comandante da Operação o Tenente Garcez. Esse cidadão, pelas informações confirmadas ontem em Cascavel, não pode estar usando uniforme da Polícia Militar, o traje adequado para esse cidadão é o paletó listrado, possivelmente lá na penitenciária, no Presídio do Ahú. É lá que tem que estar um cidadão destes, que

demonstrou ser extremamente covarde e praticou um ato de barbárie na condição de agente público.

Esperamos que a Polícia Militar do Estado do Paraná, demonstre para a sociedade e para todos nós que aquilo foi um ato isolado, de um de seus integrantes e mais alguns subordinados. Isto somente será comprovado se realmente foi um ato isolado quando sair para decisão do Inquérito Policial Militar e a decisão da justiça militar do Paraná.

Se a justiça militar do Estado do Paraná for dura e punir aquele cidadão com a pena que ele merece, aí viremos aqui nesta tribuna para aplaudir e dizer que foi um ato isolado, que não pode denegrir a imagem de toda corporação militar.

O que tivemos ontem em Cascavel, eu quero alertar aqui, é o desdobramento de um clima de insanidade que tomou conta de alguns elementos da Corporação Militar em Cascavel, contra trabalhadores rurais sem-terra, movidos pelo sentimento de vingança e pela covardia, de quem armado, ataca pessoas indefesas.

Esse sentimento de vingança tem sido simulado por setores da extrema direita em Cascavel, que desde o primeiro momento em que ocorreu a morte de três policiais naquela cidade, procuraram criar uma guerra entre sem-terras e policiais militares.

Eu dizia ontem em Cascavel, que a Polícia Militar do Estado do Paraná tem que compreender, que, os sem-terras, quando tiraram a vida dos três policiais, é preciso levar em conta o atenuante de que os sem-terras naquele momento agiram em legítima defesa, pois sua convicção de que estavam combatendo com pistoleiros e não com policiais. E a Polícia Militar tem que levar isso em conta, que jamais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras atacou e agrediu trabalhadores da Segurança do Estado do Paraná. Sempre houve respeito mútuo.

Agora, a direita, a UDR, fez questão de instaurar o ódio e estimular a violência contra os sem-terras. O episódio da execução do líder Teixeira, até agora acobertado pelos organismos de segurança do Paraná, trouxe com a sua impunidade fatos como este que presenciamos ontem na Cidade de Cascavel.

Está nas mãos agora do Governador do Estado, do comando e da justiça militar do Paraná, a possibilidade de dar um basta neste tipo de situação e romper definitivamente com esse clima de violência que vai trazer mais violência, tem a possibilidade agora de ser rompido, com a punição exemplar daquele que foi o comandante da operação dentro da cadeia pública de Cascavel.

Eu quero registrar aqui também, que

este mesmo cidadão, Tenente Garcez, que esteve comandando a operação dentro do presídio de Cascavel foi um dos integrantes do grupo que caçou e matou o Teixeira, o líder dos sem-terras.

Só este fato já deveria ter alertado o comando de Cascavel de ter tomado mais cautela e no momento de enviar a Polícia Militar ao presídio, não ter colocado um cidadão destes no comando daquela operação.

Eu quero aqui, então, em nome da bancada do PT, dizer que nós até este momento temos a elogiar o comportamento do Governo do Estado, do Comando da Polícia Militar do Paraná, mas iremos aguardar o resultado deste Inquérito Policial Militar e aproveitamos também aqui para alertar o Governo e o Comando da Polícia Militar do Paraná de que é preciso agir e combater a impunidade. A impunidade inclusive daqueles que tiraram a vida de Teixeira, porque os que tiraram a vida dos policiais já estão pagando pelo erro que cometeram. Alguns estão pagando muito mais caro do que merecem.

Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há mais oradores no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Renato Adur. (Declina).

Havendo declinado, passaremos ao Horário das Lideranças.

PFL, PP, PL, PT, PDT, PMDB, PSDB, BPI e PTB (Todos Declinaram).

Esta Presidência registra com satisfação, e a pedido do Deputado Duílio Genari, as presenças entre nós do Prefeito Municipal de Maripá, Senhor Dorival Moreira, bem como também da Diretora de Ação Social, Senhora Cleci Della Giustina e do Vereador, Senhor Elvin Rochteschel.

As presenças de Palotina, Senhor Luiz Ernesto Giacometti, Prefeito Municipal; Vereador, Senhor Silmar Soligo, e de Assis Chateaubriand, Vereadora Dalila Watanabe; Vereador José Kulkant, Vereador Odilo Denig e Vereador Elias Bérnago.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 017/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 351/92, de autoria do Deputado João Preis, que denomina "Escola Estadual Dr. Ulisses Guimarães" a Escola Estadual do Parque Itaipu, em Maringá. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 034/93

Curitiba, 17.03.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 007/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art.87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art.71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 351/92, tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação que considera a medida contrária ao interesse público, porque a pretendida nova denominação desatende os requisitos estabelecidos pela Deliberação n° 051/82 do Conselho Estadual de Educação. (anexa Res. 4545/92).

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 351/92 foi publ. no D.A. n° 165 de 18.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO - VETO N° 017/93

A Proposição Veto em exame, oriunda de Mensagem Governamental através do ofício DTL/SAT/034/93, objetiva vetar o Projeto de Lei n° 351/92, de autoria do nobre Senhor Deputado João Preis, que possui o cunho de denominar de Escola Estadual Dr. Ulisses Guimarães, a atual Escola Estadual Parque Itaipu, subordinada a Secretaria de Estado da Educação, situada no Município de Maringá.

Procedida a análise da Proposição Veto em tela, contratamos que a mesma foi anunciada dentro dos prazos constitucionais.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL À APRECIÇÃO EM PLENÁRIO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ROSSONI - Relator

Lembramos aos Senhores Deputados que para a rejeição do Veto e manutenção do Projeto serão necessários vinte e oito votos. Votando Sim os Senhores Deputados estarão a favor do Veto e votando Não estarão votando contrariamente ao Veto.

Solicito ao Senhor 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem - Nós, na Ordem do Dia de hoje, não temos aqui, apenas a justificativa do Governador diz: "Tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação que considera a medida contrária ao interesse público a pretendida nova denominação desatende os requisitos estabelecidos pela deliberação 051/82 do Conselho Estadual de Educação". E nós não temos essa deliberação 051/82.

Portanto, estamos vetando, talvez mantendo o veto de uma proposição de homenagem a um grande homem brasileiro, sem saber exatamente o porquê desse veto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encontra-se publicado anexa à proposição 17/93, a Resolução 4545/92, que, no seu artigo 1º diz: "Fica autorizado a funcionar nos termos da legislação vigente, a Escola Municipal Deputado Federal Dr. Ulisses Guimarães, Ensino de 1º grau, pré-escolar, localizada na Avenida das Torres, esquina com a Rua Pioneira Ana Pastore, no Município de Maringá".

Então, já existe uma outra escola denominada, razão pela qual, originou-se o veto.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Quarenta (40) Senhores Deputados votaram.

Designamos os Deputados Heinz Herwig e Lourenço Fregonese para a conferência dos votos.

Anunciamos o resultado da votação:

4 votos em branco

Rejeição - 14

Manutenção do veto 23. Está mantido o veto e rejeitado o Projeto.

2ª DISCUSSÃO - do PARECER de Lei n° 134/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 011/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) e dá outras providências. Com Projeto RES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e C.O.. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 435/92, de autoria do Deputado João Batista Arruda, autoriza o Poder Executivo ceder em regime de comodato o imóvel que especifica ao Município de Flor da Serra do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 185 de 15.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 435/92

P A R E C E R:

O nobre Deputado João Batista Arruda apresentou Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo Paranaense a ceder, em regime de comodato, o imóvel 8 b, da quadra n° 11, da planta geral do loteamento de Flor da Serra, matrícula 4.821, do livro II do registro de imóveis da Comarca de Barracão, pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagem.

Analisando a matéria, constata-se que a iniciativa do Senhor Parlamentar está amparada no Art. 53, da Constituição Estadual, e no Art. 125 e parágrafo único, do Regimento Interno da Casa.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, estipula o horário de realização dos concursos vestibulares de admissão, nas Faculdades e Universidades Estaduais. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.E.. (Publ. no D.A. n° 04 de 16.02.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 018/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, objetiva a matéria em questão, estipular o horário de realização dos concursos vestibulares nas Faculdades e Universidades Estaduais.

Conforme o que dispõe o Art. 66, da

Constituição do Estado, no seu inciso IV, a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública é da competência privativa do governador.

Assim sendo, entendemos viciada de inconstitucionalidade a matéria, em razão da competência de iniciativa, motivo que nos leva a dar parecer contrário à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 18/93

P A R E C E R:
VOTO EM SEPARADO

De autoria do Nobre Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, o projeto de lei em exame visa fixar para o período da tarde as provas dos Concursos Vestibulares das Faculdades Estaduais.

Designado relator o Deputado Oswaldo Trevisan, mereceu deste parecer contrário, sob a alegação de que infringe o disposto no inciso IV, art. 66, da Constituição do Estado, que relaciona a matéria entre aquelas cuja iniciativa seria de competência exclusiva do Governador do Estado.

Senão vejamos:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição são de competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

.....
.....
.....

IV - Criação, estruturação e atribuições de Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Note-se que no corpo do artigo é bem clara a ressalva que pode haver exceções desde que amparadas em outro dispositivo do texto constitucional.

"Data venia", com todo o respeito que merece a opinião do Deputado Relator, num exame mais acurado da Carta Magna de nosso Estado, verificamos que o dispositivo invocado através do qual se pretende conferir a competência exclusiva ao Poder Executivo para legislar sobre o assunto, é reproduzido em quase sua totalidade pelo inciso X, do art. 53, do mesmo diploma legal, que confere as mesmas prerrogativas ao Poder Legislativo, quando diz:

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

.....

.....

X - Criação, estruturação e definição das atribuições das Secretarias de Estado:

No caso específico do presente projeto de lei, portanto, a iniciativa do Nobre Deputado Dirceu Manfrinato se encontra perfeitamente amparada pela Constituição do Estado do Paraná, motivo pelo qual emitimos este Voto em Separado, PELA APROVAÇÃO, requerendo ao Exmo. Sr. Deputado Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça que o submeta à apreciação deste colegiado.

É o voto em separado

(a) NILTON BARBOSA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 018/93

P A R E C E R:

De autoria do eminente Deputado Dirceu Manfrinato.

Visa estipular o horário da realização dos Concursos Vestibulares de Admissão no período da tarde, nas Faculdades e Universidades Estaduais.

Logrou parecer contrário da C.C.J. sob fundamento no art. 66, inciso IV, da Constituição do Estado, por ser matéria da iniciativa privativa do Executivo. Com voto vencido, sob a alegação, fulcrada no art. 53, inciso X, daquela Carta de caber à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente

.....
X - Criação, estruturação e definição das atribuições das Secretarias de Estado.

A matéria em tela, não obstante seu elevado alcance, tanto vai ao encontro daqueles que querem cursar o 3° grau, e muitos dependentes de transporte coletivo para a sua deslocação de localidades distantes do local das provas, no vestibular, esbarra no óbice constitucional da INICIATIVA no processo legislativo.

I - Pois, cumpre distinguir entre a INICIATIVA GERAL e a INICIATIVA RESERVADA.

"Esta consiste na reserva da iniciativa sobre certas matérias em favor de um órgão determinado". (Manuel Gonçalves Ferreira Filho, in COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA de 1988, Vol. 2, pags. 93/94).

E José Afonso da Silva, doutrina: "Na verdade, a iniciativa reservada objetiva resguardar a seu titular (no caso o Executivo) a decisão de propor direito novo em matérias confiadas à sua especial atenção ou seu interesse preponderante".

(Princípios do Processo de Formação das Leis, pág. 145).

Assim, ainda com apoio em Manuel Gon-

Galves Ferreira Filho, qualquer membro ou comissão permanente da Assembleia Legislativa "e titular da INICIATIVA EM GERAL, desde que, não haja da iniciativa reservada" (obra cit. pág. 94).

E esta, pelo art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, é privativa, reservada, exclusiva, do Governador.

II - Os textos aduzidos na C.C.J. da C.E. são reproduções adaptadas da Constituição Federal (artigos 61 e 61 § 1 e II letra e).

Comentando a letra e citada que versa sobre criação, estruturação e atribuições dos Ministérios (no nosso caso Secretarias), e órgãos da administração pública diz aquele jurista que o direito anterior dispensava a Lei para tais casos, inclusive a disciplina de seu funcionamento. O Executivo o fazia por decreto.

Hoje a matéria é de lei, apenas reservando ao Executivo a INICIATIVA da mesma, (idem, ibidem, pág. 98).

Em síntese: Embora consultando os altos interesses dos vestibulandos nas Faculdades e Universidades Estaduais, o Plano de Lei contém matéria de INICIATIVA privada do Executivo. Logo, este é "o Senhor do momento, da oportunidade da deflagração do processo legislativo". Pena de contaminação por nulidade insanável que não pode - como é óbvio - ser convalidada pela SANÇÃO, conforme entendimento atual do (RTJ 103/36 e RTJ 103/32) do Supremo Tribunal Federal.

Estando caduca a súmula 5, do S.T.F. Ao Plenário da Assembleia.

É o PARECER, s.m.j..

Sala das Comissões, em 27.04.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI - Presidente e Relator

Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, o nosso Projeto tem única e exclusivamente a mudança do horário dos vestibulares nas universidades estaduais. E essa razão, ela se dá pelo fato de que quando nós estamos no período dos vestibulares e que ocorre pela manhã, traz um transtorno grande aos alunos e aos pais, uma vez de que a preocupação durante à noite do aluno, dos pais com relação ao horário, que possa o despertador não despertar ou até mesmo telefone não tocar pela Telepar e cria-se uma tensão nervosa ao aluno, com isso acarretando um prejuízo na hora de prestar as suas provas. Então, o que nós estamos pedindo é de que os vestibulares sejam feitos a partir das 14 horas, ou até mesmo, no nosso Projeto não está embutido, ou no período noturno. E com isso o aluno estaria descansado, despreocupado na questão do horário.

Até estranho a questão da CCJ a dar

Parecer Contrário, uma vez que esse Projeto é de inteira importância aos jovens do nosso Estado, vem de encontro com aquilo que possa trazer nem prejuízo ao aluno mas sim trazendo ao aluno a possibilidade até, de muitas vezes não passar por estar esgotado pela noite de não ter dormido pela preocupação com o horário e com isso acarreta, talvez, até, uma reprovação no vestibular.

Então, por isso, eu pediria o apoio dos Srs. Deputados de que analisem com carinho o nosso Projeto. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto. Lembramos aos Srs. Deputados que tendo em vista o Parecer Contrário da CCJ o procedimento de votação é diferente do de costume.

Os Srs. Deputados que forem a favor da aprovação deste Projeto, queiram levantar-se: **APROVADO o Projeto.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 033/93, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de utilidade pública estadual o SOFRE - Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores filhos de Presidiários, com sede no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 07 de 01.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 033/93

P A R E C E R :

O Plano de Lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Nelson Garcia, tem por finalidade a Declaração de Utilidade Pública do SOFRE - Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores Filhos de Presidiários, com sede e foro no Município de Curitiba.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos que a iniciativa é intempestiva, pois a entidade em apreço, somente adquirirá 01 (um) ano de personalidade jurídica, na data de 14 de novembro de 1.993, quando então, adequar-se-á aos mandamentos da Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, conforme certidão de Registro da Entidade, apenso ao processado.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL à matéria, determinando que o presente Projeto de Lei, aguarde, nesta Comissão, até a data de 14 de novembro de 1993, data em que a entidade SOFRE - Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação para Menores Filhos de Presidiários, adquirirá 01 (um) ano de personalidade jurídica, para que então, possa a Proposição,

seguir a sua tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 31.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 047/93, de autoria do Deputado João Preis, denomina de Capital da Moda do Paraná, a Cidade de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 09 de 03.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 047/93

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do ilustre Deputado João Preis, que objetiva denominar de "Capital da Moda do Paraná" a Cidade de Maringá.

Analisada a matéria quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental, não encontramos nada que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Diante do exposto, somos de Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 047/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 047/93, de autoria do Deputado João Preis, tem por finalidade denominar de "Capital da Moda do Paraná", a Cidade de Maringá.

Da análise do referido projeto, por ser um justo reconhecimento aos trabalhadores das indústrias têxteis da Cidade de Maringá, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.05.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 129/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Farol, área de terras que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. (Public. no D.A. n° 33 de 15.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 129/93

P A R E C E R:

Curitiba, quarta, em 02.06.93

Ora em trâmite para análise por esta Comissão, o Projeto de Lei n° 129/93, de autoria do ilustre Deputado Toti Colaço, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Farol, a área de terras com 10.000 (dez mil metros quadrados), formada pelas datas da quadra n° 02, da planta Farol, e a área de terras também com 10.000m² (dez mil metros quadrados), formada pelas datas da quadra n° 07, da mesma planta, ambas situadas no perímetro urbano do Município de Farol, objeto das transcrições n°s. 30.845 e 30.846, respectivamente, do 1° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Pretende ainda o autor, a revogação da Lei n° 9.528, de 8 de janeiro de 1991, que doou às referidas áreas ao Município de Campo Mourão, do qual o território de Farol foi desmembrado, tornando-se Município de Farol, pela Lei n° 9.785, de 25 de outubro de 1991.

As áreas acima citadas, serão utilizadas pelo Município, para a construção de um conjunto habitacional pelo programa "Casa da Família".

Tais considerações, me levam a emitir parecer FAVORÁVEL a pretensão do autor.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 129/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão, de autoria do ilustre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei em epígrafe que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Farol área de terras que especifica.

O presente recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e da de Obras, Transportes e Comunicações.

Pretende o autor a revogação da Lei n° 9.528/91, que doou áreas em questão ao Município de Campo Mourão, do qual o território de Farol foi desmembrado, tornando-se Município através da promulgação da Lei n° 9.785 de 25 de outubro de 1991.

As áreas em questão serão utilizadas para a construção de um conjunto habitacional, através do programa "Casa da Família".

No âmbito desta Comissão não há qualquer óbice quanto a tramitação do presente projeto.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a aprovação do referido.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 12.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 129/93

P A R E C E R:

Ora em trâmite para análise por esta Comissão, o Projeto de Lei n° 129/93, de autoria do ilustre Deputado Toti Colaço, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Farol, a área de terras com 10.000m² (dez mil metros quadrados), formada pelas datas da quadra n° 02 da planta Farol, e a área de terras também com 10.000m² (dez mil metros quadrados), formada pelas datas da quadra n° 07, da mesma planta, situadas no perímetro urbano do Município de Farol, objeto das transcrições n°s. 30.845 e 30.846, respectivamente, do 1° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Pretende ainda o autor, a revogação da Lei n° 9.528, de 8 de janeiro de 1991, que doou às referidas áreas ao Município de Campo Mourão, do qual o território de Farol foi desmembrado, tornando-se Município de Farol, pela Lei n° 9.785, de 25 de outubro de 1991.

As áreas acima citadas, serão utilizadas pelo Município para a construção de um conjunto habitacional pelo programa "Casa da Família".

Sob o ponto de vista da Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicação, não há óbice para que o referido Projeto tenha tramitação legal nesta Casa de Leis.

Assim, nosso PARECER é FAVORÁVEL ao presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando seja retirado por 10 (dez) Sessões Plenárias, o Projeto de Lei n° 129/93. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 129/93 por 10 (dez) Sessões.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 137/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, institui o Dia da Habitação no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 36 de 26.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 137/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 137/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade instituir o "Dia da Habitação" no Estado do Paraná, conforme especifica.

Da análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opi-

namos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 182/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, declara de Utilidade Pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil Regional Paraná, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e com representação no Estado do Paraná. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 47 de 12.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 182/93.

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria da nobre Senhora Deputada Emilia Belinati, objetiva declarar de Utilidade Pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional do Paraná.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição, constatamos que a mesma enquadra-se dentro dos preceitos contidos na Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, pois trata-se de uma Declaração de Utilidade Pública de uma entidade com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, mas com representação no Estado do Paraná, sendo que nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa da matéria, estando a proposta em condições de merecer a apreciação do duto Plenário desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 31.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento n° 1598 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1601 de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1615 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1559, 1600 e 1602 de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1610 de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - **Aprovado.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento n° 1614 de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1616 de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1617 de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1620 a 1622 e 1627 de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1619, 1623 e 1624 de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1625 e 1626 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1628 de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente.- **À Comissão Executiva, para apreciar.**

Requerimento n° 1586 de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de sessão anterior.- **À C.C.J., para as providências que se fizerem necessárias.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tendo em vista a gravidade da denúncia que ontem tive a oportunidade de formular através da Tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, e para que haja realmente oportunidade a que o Banco do Estado do Paraná preste informações concretas sobre o ocorrido sem que haja uma matéria sensacionalista envolvendo uma instituição bancária deste Estado que devemos de todas as maneiras preservar porque se trata de um patrimônio Estadual. Eu pediria a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que encaminhasse esse meu Requerimento à CCJ para que a Comissão marcasse para a sua primeira reunião a convocação do Vice-Presidente, ou Presidente do BANESTADO, o Vice-Presidente da área para prestar todos os esclarecimentos a respeito da denúncia formulada. E quero esclarecer a Vossa Excelência e ao Plenário que no caso das informações não atingirem o seu objetivo e não convencerem os Senhores Deputados, membros da CCJ, e aqueles Deputados que poderão estar presentes a esta reunião, que este Plenário, voltando a opinar, proceda, então, a auditoria junto ao BANESTADO para

apurar as denúncias que na tarde de ontem formulei. É um entendimento que mantive de alto nível com o Líder da Bancada do Governo para que haja um entendimento e que o processo tenha um transcurso normal, sem qualquer motivo, a não ser aquele de esclarecer a realidade sobre o que ocorre no Banco do Estado do Paraná. Então, eu solicitaria a Vossa Excelência que transformasse o meu Requerimento em remessa à CCJ para que o Senhor Presidente, na forma Regimental, possa convocar o Presidente do BANESTADO, ou o Vice-Presidente da área a fim de que possa prestar os devidos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, atendendo a solicitação do Deputado Colombino Grassano, deixa de colocar em votação o Requerimento de sua autoria e o encaminha à CCJ para as providências que entender necessário.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Essa Liderança quer agradecer a compreensão do Deputado Colombino Grassano e esclarecer a esta Casa que a Bancada de sustentação ao Governo também está preocupada e quer esclarecimento de denúncia desta natureza; o que nós não achamos de bom alvitre no caso seria levantarmos diretamente para uma auditoria. Nós entendemos que esse caso deva ser esclarecido, que o Deputado Colombino Grassano tenha as suas razões, e nós também queremos a veracidade desses fatos. Portanto, nós aprovamos, Senhor Presidente, que seja convocado o Vice-Presidente da área especificada, que venha até a CCJ prestar os devidos esclarecimentos, trazer os documentos comprobatórios, elucidar de vez esse problema. Queremos agradecer a compreensão do Deputado Colombino Grassano, como ele mesmo previu, num entendimento de alto nível nós buscaremos elucidar esses fatos que estão conturbando, estão até de maneira estranha aparecendo a público no Estado do Paraná. Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa Presidência comunica aos Senhores Deputados aqui presentes e aos demais que será realizado logo a seguir, às 16:30 horas, nas dependências da capela da Assembléia Legislativa, missa referente ao segundo mês de falecimento das ex-funcionárias deste Poder, Nilce e Marli. Pedimos o comparecimento dos Senhores Deputados e demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
435/92, 018, 033, 047. 137 e 182/93

Convoca ainda, os Senhores Deputados
para a Sessão Solene em comemoração à data
Nacional da República da Itália, a reali-
zar-se às dezessete horas, do dia 03 de

junho, quinta-feira. Na oportunidade,
Senhor Presidente informou que às dez
seis horas e trinta minutos de hoje, ser
realizada na capela desta Casa, missa pel
segundo mês de falecimento das funcioná-
rias Nilce e Marli.

Levanta-se a sessão